



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 7ª VARA DO  
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

**\* Retificada conforme determinação contida na decisão de Id 6069075 - PjeCor CorOrd 0000027-49.2025.2.00.0513**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Clara Cabral Campos, Rodrigo Cavalcante Barreto, Rodrigo Costa de Araújo Souza e Silvana Marsicano Franca.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	RA TRT nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019
Data de instalação	4/6/2019



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Data da última correição	11 de abril de 2024
Período de correição	1º/3/2024 a 28/2/2025

Aos 4 de abril de 2025, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora, **RITA LEITE BRITO ROLIM**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 004/2025 publicado no DJEN, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico. A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pelo Juiz Titular, Cláudio Pedrosa Nunes, pelo Juiz Substituto fixo, Fábio Melo Feijão, pelo Diretor de Secretaria, Francisco José Rocha Pereira e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/3/2024 a 28/2/2025 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Cláudio Pedrosa Nunes	1º/6/2019 - RA nº 048/2019

### 1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Fábio Melo Feijão	31/1/2022 - Ato TRT SCR nº 05/2022



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 1.3 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular, do Magistrado substituto fixo e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

### 1.4 Servidores lotados na Unidade

A 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Elainy Soares Ribeiro Cruz	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	25/10/2021
Francisco Jose Rocha Pereira	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	2/6/2019
Fred da Costa Prudente	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	2/6/2019
Jairo Gonçalves dos Santos	Calculista	14/6/2022
Jose Moreira Lustosa	Analista Judiciário – Assistente III	2/6/2019
Julio Cesar da Silva Monteiro	Técnico Judiciário – Assistente V	1º/7/2022
Livia Maria Trindade Lucena	Técnico Judiciário	24/7/2023
Marcio Rodrigo F. Gomes de Lima	Técnico Judiciário – Assistente IV	2/6/2019
Rafaella Mota Santos de Carvalho	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	2/3/2020
Taironny Carvalho S. Alves Maranduba	Técnico Judiciário	14/8/2023
Thamara Ferreira Santos	Técnico Judiciário	10/7/2023
Yasuchi Barbosa Hori	Secretário de Audiencia	3/5/2022

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, o qual ressaltou que implementa boas práticas de gestão de vara, focadas em produtividade, clima organizacional e processos internos de trabalho, a exemplo de:

- a) ampliação da diversificação das competências atribuídas aos servidores, de forma a evitar a dependência de um único servidor para a execução de determinadas tarefas, como o apoio aos setores de audiência e liquidação, o que contribui para minimizar os impactos de um eventual afastamento, assegurando a continuidade da prestação jurisdicional;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

b) implantação de uma planilha para o acompanhamento da indicação de peritos, com o objetivo de evitar a concentração das perícias em um único profissional;

c) realização de acompanhamento contínuo da produtividade dos servidores, com especial atenção àqueles que atuam em regime de teletrabalho, além da gestão eficiente das pendências no PJe, por intermédio das ferramentas de gestão processual.

Em relação às práticas de gestão processual com foco em administração de processos e no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, a Unidade relatou algumas práticas, abaixo relacionadas:

a) criação de "pautões" de audiência para os principais litigantes, como, por exemplo, a Alpargatas, com a finalidade de agilizar a prestação jurisdicional e reduzir o prazo médio na fase de conhecimento;

b) incremento de um dia adicional na pauta, totalizando três dias de audiências semanais na agenda do magistrado titular, com a unificação de todas as audiências, concentrando as fases de conciliação, instrução e, sempre que viável, julgamento, durante a própria sessão de audiência;

c) priorização da publicação de sentenças líquidas, incluindo aquelas relativas aos incidentes da fase de execução.

Informou, ademais, que a Unidade permanece utilizando a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT -, a qual se presta como auxílio na tramitação dos processos, sempre que surgem dúvidas a respeito do procedimento a ser adotado. Por fim, no tocante à ferramenta PJe-Gestão, o Diretor de Secretaria enfatizou que a utiliza de forma regular e contínua.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)

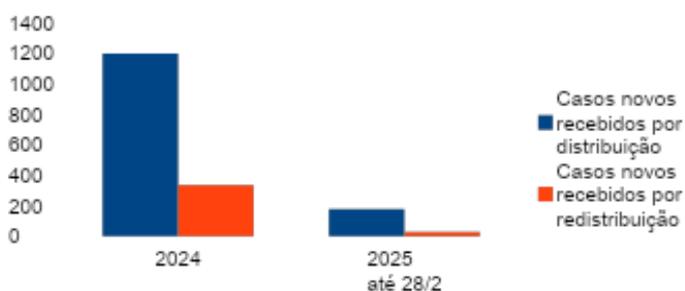
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 28/2/2025, um acervo processual de 1576 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	798
Fase de Liquidação	132
Fase de execução	637
Cartas precatórias e de ordem	9
<b>TOTAL</b>	<b>1576</b>

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2024	2025 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	1197	177
Casos novos recebidos por redistribuição	333	29
<b>TOTAL</b>	<b>1530</b>	<b>206</b>



No período correicionado, foram registrados 15 processos, cujas sentenças foram anuladas pela instância superior, conforme detalhado na lista a seguir.

Sentenças anuladas		
0000508-84.2022.5.13-0034	0001051-53.2023.5.13-0034	0001220-40.2023.5.13-0034
0001150-23.2023.5.13-0034	0001488-94.2023.5.13-0034	0001409-18.2023.5.13-0034
0000485-07.2023.5.13-0034	0001181-73.2023.5.13-0034	0000065-46.2024.5.13-0034



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

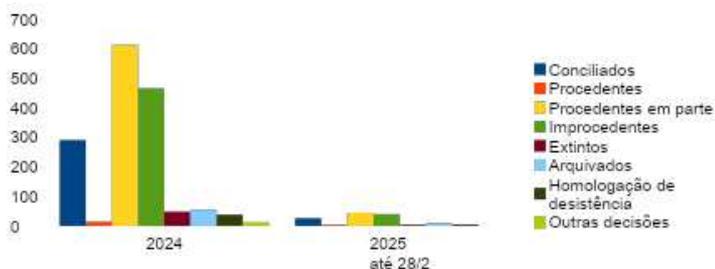
0001037-69.2023.5.13-0034	0000115-91.2024.5.13-0034	0000267-42.2024.5.13-0034
0000818-34.2023.5.13-0009	0000289-03.2024.5.13-0034	0000340-14.2024.5.13-0034

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (março/2024 a fevereiro/2025).



## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2024	2025 até 28/2
Conciliados	291	26
Procedentes	14	4
Procedentes em parte	612	45
Improcedentes	466	40
Extintos	48	4
Arquivados	54	9
Homologação de desistência	38	5
Outras decisões	12	-
<b>TOTAL</b>	<b>1535</b>	<b>133</b>



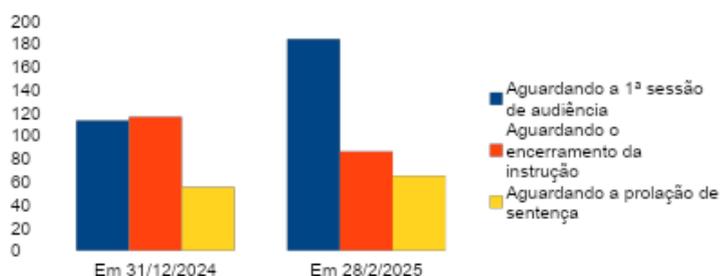


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2024	Em 28/2/2025
Aguardando a 1ª sessão de audiência	113	184
Aguardando o encerramento da instrução	116	86
Aguardando a prolação de sentença	55	65
<b>TOTAL</b>	<b>284</b>	<b>335</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2024	2025 até 28/2	Variação (%)
Fase de conhecimento	776	798	2,84%
Fase de liquidação	126	132	4,76%
Fase de execução	667	637	-4,50%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	157	6	2	24	0
Conciliação em conhecimento	16	18	26	9	2
Conciliação em Execução	19	16	7	7	0
Una	433	239	207	183	6
Instrução	96	40	14	37	4

A partir das informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira.

### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correccionada)
3/24	100	141	194	195	128	125	91	147,16
4/24	149	201	153	306	219	200	193	204,66
5/24	208	228	158	183	165	163	216	184,16
6/24	111	146	155	187	143	129	87	145,16
7/24	111	176	159	184	148	135	152	152,16
8/24	138	181	148	188	137	179	192	161,83
9/24	180	186	149	171	152	169	178	167,83
10/24	121	200	159	186	121	143	189	155
11/24	165	144	145	153	122	141	147	145
12/24	115	114	104	74	101	87	89	99,16
1/25	54	66	52	51	51	78	33	58,66
2/25	124	187	174	183	158	162	118	164,66
<b>TOTAL</b>	<b>1576</b>	<b>1970</b>	<b>1750</b>	<b>2061</b>	<b>1645</b>	<b>1711</b>	<b>1685</b>	<b>1785,44</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

#### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

##### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2024	2025 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	46	67
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	52	66
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	97	109
Da conclusão à prolação da sentença	41	31
Do ajuizamento até a prolação da sentença	131	120

##### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2024	2025 até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	211	25
	Baixados	209	28
	<b>Pendentes</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	79	11
	Apreciadas	73	7
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Liquidação/ Execução	Recebidos	35	3
	Baixados	28	2
	<b>Pendentes</b>	<b>5</b>	<b>6</b>

##### 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/3/2024 a 28/2/2025			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	1028	878	51
Recurso adesivo	71	58	7
Agravo de petição	85	69	4
<b>Total</b>	<b>1184</b>	<b>1005</b>	<b>62</b>

##### 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2024**: **120** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **158** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **139** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/2** é de **115** dias para os



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **141** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **128** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **131** dias, para o ano base de **2024** e de **120** dias, relativo a este ano de **2025**, até **28 de fevereiro**. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2024**, foi de **173** dias, e de **167** dias, referente ao exercício atual até o dia **28 de fevereiro**.

## 8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e Hórus)

Item	2024	2025 até 28/2
Execuções pendentes do exercício anterior	718	704
Execuções iniciadas	1087	109
Desarquivados	114	2
Recebidos de outros Órgãos	4	1
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	1109	94
Remetidos a outros Órgãos	12	-
Processos arquivados provisoriamente	6	-

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (março/2024 a fevereiro/2025).



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2024	2025 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 6.400.899,85	R\$ 933.714,05
Espontâneo	PJe	R\$ 3.076.958,00	R\$ 2.712,15



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Execução	PJe	R\$ 5.539.689,21	R\$ 833.014,71
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 15.017.547,06</b>	<b>R\$ 1.769.440,91</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2024	2025 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 476.861,00	R\$ 71.190,97
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.453.910,04	R\$ 247.574,86
Imposto de renda	PJe	R\$ 45.741,30	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.976.512,34</b>	<b>R\$318.765,83</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2024 a 31/1/2025		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	798
INFOJUD	PJe	61
RENAJUD	PJe	276
SIMBA	PJe	1
BNDT	Pendentes (PJe)	256
	Incluídos (PJe)	74

### 10.2 Quantidade de processos remetidos, devolvidos e pendentes de devolução pelo CEJUSC do 1º grau

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2024 a 28/2/2025	
Processos remetidos para o CEJUSC1	18
Processos devolvidos do CEJUSC1	16
Processos pendentes de devolução pelo CEJUSC1*	2



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	99,57 %
Unidade Correicionada	120,51 %

<b>Meta 1/2025 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	76,47 %
Unidade Correicionada	65,55 %

Para efeito de controle da **Meta 1/2025**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **195** casos novos (por distribuição) e **135** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 65,53%.

<b>Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,24% da Meta 2
	99,73% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,23% da Meta 2
	99,72% dos processos distribuídos até 31/12/2022

<b>Meta 2/2025 – Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023 nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020)</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,18% da Meta 2
	98,86% dos processos distribuídos até 31/12/2023
Unidade Correicionada	105,42% da Meta 2
	99,09% dos processos distribuídos até 31/12/2023

<b>Meta 3/2024 – Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – cláusula de barreira: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	92,19% da Meta 3
	34,66% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	62,60% da Meta 3
	23,53% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 3/2025 – Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>41%</b> cláusula de barreira: <b>38%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	77,82% da Meta 3 31,91% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>57,39%</b> da Meta 3 <b>23,53%</b> de índice de conciliação

<b>Meta 5/2024 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 0,5 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	132,99%
Unidade Correicionada	<b>149,82 %</b>

<b>Meta 5/2025 – Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	45,18 %
Unidade Correicionada	<b>48,68%</b>

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2025-01	89	86	439	221	83,14	71,99	79,04
2025-02	138	54	405	242	64,08	63,35	63,81

## JUÍZES

### 12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

#### Juiz Titular

CLÁUDIO PEDROSA NUNES			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOPJe	3/6/2002 a 22/6/2024	20
Férias	SAOPJe	21/1/2025 a 9/2/2025	20

FÁBIO MELO FEIJÃO			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOPJe	7/3/2024 a 26/3/2024	20
Férias	SAOPJe	15/7/2024 a 3/8/2024	20
Licença saúde	SAOPJe	20/2/2025 a 1º/3/2025	10



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular, do Magistrado substituto fixo e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

**12.1 Audiências realizadas (1º/3/2024 a 28/11/2025)** - (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Enc. Inst. Inq. test	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Karolyne Cabral Maroja Limeira	10	-	-	-	-	-	10
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	18	-	3	-	-	-	21
Cláudio Pedrosa Nunes	637	10	21	-	77	57	802
George Falcão Coelho Paiva	8	-	-	-	-	-	31
Francisco Xavier de A. Filho	-	-	5	-	-	-	14
Marília Leal Montenegro Spinelli	5	-	11	-	-	1	17
Aercio Pereira de Lima Filho	15	-	-	-	2	-	17
Fabio Melo Feijao	369	-	152	190	28	43	782

**12.2 Incidentes julgados** (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Cláudio Pedrosa Nunes	113	24	6	143
Marília Leal Montenegro Spinelli	3	-	-	3
Fabio Melo Feijao	82	29	9	120
Karolyne Cabral Maroja Limeira	2	1	-	3
Nayara Queiroz Mota de Sousa	-	1	-	1
Ilina Maria Jurema M. Coutinho de Sá	4	-	-	4
Aercio Pereira de Lima Filho	5	2	2	9

**13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados** (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito	Sem Exame do mérito	Total
------------	---------------------	---------------------	-------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

S	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	4	-	6	4	-	1	-	1	16
Cláudio Pedrosa Nunes	127	11	281	226	-	36	6	26	713
Fabio Melo Feijao	129	5	241	165	7	20	37	18	622
Francisco Xavier de Andrade Filho	-	-	3	2	-	-	-	-	5
George Falcão Coelho Paiva	4	-	-	1	-	-	-	1	6
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	3	-	7	2	-	2	-	-	14
Karolyne Cabral Maroja Limeira	1	-	4	1	-	-	1	-	7
Marília Leal Montenegro Spinelli	2	-	8	4	-	-	-	-	14

No período correccionado, o Juiz titular laborou 325 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,19 processos/dia. O Juiz substituto laborou 316 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,97 processo/dia. Quanto aos demais juizes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

### 13.1 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	647
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	615
Homologação da Transação Extrajudicial	79
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	32
Consignação em Pagamento	17
Embargos de Terceiro Cível	7
Ação Civil Coletiva	4



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Ação Civil Pública Cível	2
Ação de Cumprimento	2
Produção Antecipada da Prova	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Petição	1

#### 14. SENTENÇAS LÍQUIDAS

Magistrados	líquidas	Não líquidas	%
Aercio Pereira de Lima Filho	5	1	83,33 %
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	4	-
Irina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	6	1	85,71 %
Cláudio Pedrosa Nunes	282	10	96,58 %
Fabio Melo Feijao	243	3	98,78 %
Marilia Leal Montenegro Spinelli	-	8	-
Francisco Xavier de Andrade Filho	-	3	-

#### 15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	16
Cláudio Pedrosa Nunes	648
Fabio Melo Feijao	617
Francisco Xavier de Andrade Filho	5
George Falcão Coelho Paiva	6
Irina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	12
Karolyne Cabral Maroja Limeira	7
Marilia Leal Montenegro Spinelli	14
Nayara Queiroz Mota de Sousa	2

#### 15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 37 dias

Magistrados	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	8
Cláudio Pedrosa Nunes	35
Fabio Melo Feijao	40
Francisco Xavier de Andrade Filho	53



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

George Falcão Coelho Paiva	14
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	47
Karolyne Cabral Maroja Limeira	2
Marília Leal Montenegro Spinelli	26

## 16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2024 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2024, tendo o Juiz titular da Unidade correicionada respondido ao expediente em 23 de janeiro do corrente ano, destacando que a Unidade tem se empenhado no alcance da Meta 3, sobretudo relatando que, por se tratar de uma questão de conveniência exclusiva das partes, as conciliações, embora incentivadas pelos magistrados, seguem o trâmite natural correspondente aos pedidos formulados. Com o objetivo de reduzir o tempo médio do processo na fase de conhecimento, o magistrado afirmou que tem adotado medidas para solucionar essa questão, como a reformulação da pauta de audiências, com a inclusão de mais dias e uma pauta unificada para os processos da empresa Alpargatas. Além disso, aumentou a quantidade de instruções diárias e retomou as audiências unificadas. Quanto aos processos baixados e pendentes de baixa, a Unidade destacou o desempenho positivo, com aumento no número de processos baixados na fase de conhecimento e uma redução na fase de execução. A Unidade informou que, como prática padrão, adota a sentença líquida para ambos os juízes em atuação. Foi registrado que a unidade tem dedicado esforços para regularizar e manter em dia as tarefas de triagem inicial, comunicações e expedientes, e as minutas de sentenças. Também foi informado que a unidade revisou e regularizou os processos arquivados provisoriamente, além de afirmar que não há processos pendentes na tarefa análises e com relação aos prazos vencidos, estes vêm sendo revisados diariamente, com a devida regularização da tarefa mencionada. Os processos pendentes de BNDT foram revisados, e os que necessitavam de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

registros específicos foram regularizados, com exceção de algumas situações pontuais. Por fim, destacou que as pendências no Sisbajud foram regularizadas e vem sendo verificadas periodicamente pela unidade. Foi ressaltado, também, que alguns bloqueios permanecem ativos devido ao tipo de solicitação, como no caso dos bloqueios continuados por 30 dias (teimosinha). Ao final desse prazo, os bloqueios são revisados e desdobrados conforme a necessidade.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT n. 61, de 07 de outubro de 2024, bem como o ATO TRT13 SCR n. 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais e recursais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre março de 2024 e fevereiro de 2025 - 12 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 1.449,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.449,00</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR n. 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido nos processos 0007800-38.2012.5.13.0013, 0003100-44.1997.5.13.0013, 0009600-38.2011.5.13.0013, 0000234-28.2019.5.13.0034 e 0000184-65.2020.5.13.0034.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR n. 017/2020.

Com relação à distribuição de tarefas do Projeto Garimpo, o Diretor de Secretaria informou que periodicamente a unidade verifica o sistema no intuito de sanear as contas judiciais de processos arquivados nas quais constem valores pendentes de levantamento. Os servidores responsáveis por tal verificação são Francisco José Rocha Pereira e Jairo Gonçalves dos Santos.

## 18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 37/2025 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos de formação continuada exigidas pela ENAMAT por parte de magistrados, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre (artigo 39 da Resolução ENAMAT nº 28 de 28/9/2022), assim como a participação de servidores em cursos de capacitação fornecidos pela EJUD 13 e outras instituições. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 647/2025), no exercício anterior, o Juiz titular, Cláudio Pedrosa Nunes e o Juiz substituto fixo, Fábio Melo Feijão, participaram de cursos de formação continuada nos dois semestres de 2024, todavia, a carga horária fixada pela ENAMAT só foi atingida somente pelo magistrado titular, e apenas no primeiro semestre de 2024.

Magistrados	Descrição
CLÁUDIO PEDROSA NUNES	I Encontro Institucional 2024 - Interseccionalidade, diversidade e justiça social - 10/05/2024 - 15,5h - Presencial II Encontro Institucional: 20 anos da Emenda Constitucional nº 45 - Os desafios da Jurisdição social - 04/10/2024 - 15h15 h/a - Presencial



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>Capacitação e orientação dos gestores e servidores autorizados a trabalhar no Teletrabalho – 10/10/2024 – 3,25h/a – Telepresencial</p> <p>Módulo 1 - Minicursos: Protocolos de Atuação e Julgamento - 07/11/2024 - 8h/a - Presencial</p> <p>Módulo 3 - Minicursos: Protocolos de Atuação e Julgamento - 07/11/2024 - 8h/a - Presencial</p>
<b>FÁBIO MELO FEIJÃO</b>	<p>Abril verde: Palestras – 4 h/a – Presencial</p> <p>Segurança da Informação e a LGPD – 19/04/2024 – 3 h/a – Presencial</p> <p>I Encontro Institucional 2024 - Interseccionalidade, diversidade e justiça social – 09 e 10/05/2024 – 15,5h – Presencial</p> <p>Roda de conversa sobre trabalho infantil (Fórum Irineu Joffily) – 29/05/2024 – 2h/a – Presencial</p> <p>Palestra: "Protocolo de julgamento com perspectiva antidiscriminatória" – 14/06/2024 – 4,5h/a – presencial</p> <p>II Encontro Institucional: 20 anos da Emenda Constitucional nº 45 – Os desafios da Jurisdição social - 04/10/2024 – 15h15h/a – Presencial</p> <p>Módulo 3 - Minicursos: Protocolos de Atuação e Julgamento - 8h/a - 07/11/2024 - Presencial</p>

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 647/2025) e SEGEPE (PROAD Nº 634/2025), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o período correccionado (março de 2024 a fevereiro de 2025).

<b>Servidores</b>	<b>Descrição</b>
<b>ELAINY SOARES RIBEIRO CRUZ</b>	<p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p> <p>TRT - PROJETO EFETIVA: DIAGNÓSTICO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - CURSO SOBRE PRECATÓRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>PALESTRAS "ESOCIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO"</p> <p>PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD"</p>
<b>FRANCISCO JOSE ROCHA PEREIRA</b>	<p>1º ENCONTRO INSTITUCIONAL DE 2024: INTERSECCIONALIDADE, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL</p> <p>TRT - EVENTO EM ALUSÃO AO MÊS DO SERVIDOR PÚBLICO EM CAMPINA GRANDE - PB / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ENCONTRO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL / SEGGEST DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>RODA DE CONVERSA SOBRE TRABALHO INFANTIL (FÓRUM IRINEU JOFFILY - CAMPINA GRANDE)</p> <p>RODA DE CONVERSA SOBRE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE</p> <p>PROVAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (TURMA JAN/2025) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO SEXUAL E MORAL (TURMA DEZ/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p> <p>PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD"</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p> <p>IDENTIDADE DE GÊNERO / ELABORADO PELO TRT DA 6ª REGIÃO E PROMOVIDO PELO CSJT - CEDUC-JT</p> <p>CURSO ONLINE EM ORATÓRIA EMOCIONAL (PERSONAL PERFORMANCE EM ORATÓRIA)</p> <p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS: REGIME PRÓPRIO E REGIME DE PREVIDÊNCIA (TURMA JAN/2025) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 01885/2024)</p>
<b>FRED DA COSTA PRUDENTE</b>	<p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p> <p>TRT - PROJETO EFETIVA: DIAGNÓSTICO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - EVENTO EM ALUSÃO AO MÊS DO SERVIDOR PÚBLICO EM CAMPINA GRANDE - PB / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - CURSO SOBRE PRECATÓRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>RODA DE CONVERSA SOBRE TRABALHO INFANTIL (FÓRUM IRINEU JOFFILY - CAMPINA GRANDE)</p> <p>PALESTRAS "ESOCIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO</p> <p>PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD"</p> <p>OFICINA "A INVISIBILIDADE DO AUTISTA DE SUPORTE 1 E 2" (AUDITÓRIO FÓRUM IRINEU JOFFILY - CAMPINA GRANDE) MÓDULO 1 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO</p> <p>MÓDULO 2 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO</p> <p>MÓDULO 3 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO</p>
<b>JAIRO GONÇALVES DOS SANTOS</b>	<p>CURSO SOBRE PENHORAS POUCO CONVENCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO</p> <p>TRT - INTERPRETAÇÃO DE SENTENÇAS E ACÓRDÃOS PARA FINS DE CÁLCULOS / EJUD DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - EVENTO EM ALUSÃO AO MÊS DO SERVIDOR PÚBLICO EM CAMPINA GRANDE - PB / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - CURSO SOBRE PRECATÓRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ASPECTOS DE CÁLCULO INTERMEDIÁRIO E AVANÇADO PARA SERVIDORES DO TRT - 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>SEMINÁRIO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO - VIDAS E VOZES SILENCIADAS</p> <p>RODA DE CONVERSA SOBRE TRABALHO INFANTIL (FÓRUM IRINEU JOFFILY - CAMPINA GRANDE</p> <p>PALESTRAS "ESOCIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO</p> <p>PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD"</p> <p>II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL</p>
<b>JOSE MOREIRA LUSTOSA</b>	<p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p>
<b>JULIO CESAR DA SILVA MONTEIRO</b>	<p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>TRT - FORMAÇÃO DE ASSISTENTES DE GABINETE DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD</p> <p>MÓDULO 1 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO</p> <p>MÓDULO 3 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO</p>
<b>LIVIA MARIA TRINDADE LUCENA</b>	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA ABR/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 1885/2024)</p> <p>MULHERES NA LIDERANÇA: POTENCIALIZE SUAS HABILIDADES E IMPULSIONE A MUDANÇA (TURMA JUN/2024) / ENAP (PARCERIA FIRMADA ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A ENAP - PROAD 1885/2024)</p>
<b>MARCIO RODRIGO F. GOMES DE LIMA</b>	<p>CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA PJE GESTÃO</p> <p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD"</p> <p>TRT - ASPECTOS DE CÁLCULO INTERMEDIÁRIO E AVANÇADO PARA SERVIDORES DO TRT - 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INTERPRETAÇÃO DE SENTENÇAS E ACÓRDÃOS PARA FINS DE CÁLCULOS / EJUD DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<b>RAFAELLA MOTA S. DE CARVALHO</b>	<p>CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO</p> <p>FLUXOS PROCEDIMENTAIS NA LIQUIDAÇÃO E NA EXECUÇÃO À LUZ DA DOCTRINA E DOS PRECEDENTES TRABALHISTAS</p> <p>MÓDULO 3 - MINICURSOS: PROTOCOLOS PARA ATUAÇÃO E JULGAMENTO</p>
<b>TAIRONNY C. SARAIVA A. MARANDUBA</b>	<p>2ª FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES RECÉMEMPRESSADOS DO TRT13</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	RODA DE CONVERSA SOBRE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD"
<b>THAMARA FERREIRA SANTO</b>	PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD" TRT - PROJETO EFETIVA: DIAGNÓSTICO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO RODA DE CONVERSA SOBRE TRABALHO INFANTIL (FÓRUM IRINEU JOFFILY - CAMPINA GRANDE) RODA DE CONVERSA SOBRE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE
<b>YASUCHI BARBOSA HORI</b>	II ENCONTRO INSTITUCIONAL: 20 ANOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45 OS DESAFIOS DA JURISDIÇÃO SOCIAL PALESTRA "SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E LGPD" RODA DE CONVERSA SOBRE TRABALHO INFANTIL (FÓRUM IRINEU JOFFILY - CAMPINA GRANDE)

## 19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 34 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 037/2025, havendo a prolação de 17 despachos correicionais no PJe.

Além disso, foram analisados por amostragem 08 processos da tarefa "Aguardando apreciação pela instância superior", apenas para efeito de análise da existência ou não de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recurso ordinário e agravo de petição interpostos, nos termos do inciso XI do art. 3º do Ato TRT13 SCR nº 037/2025 e do art. 32, I, da Consolidação dos Provimentos da CGJT (Provimento nº 004/2023).

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

A Corregedoria Regional, com base no chamado técnico nº 14231 e no art. 14, §1º, da Resolução CSJT nº 247/2019, constatou que a unidade jurisdicional nomeou 20 peritos distintos para atuarem em 348 processos no período correicionado, havendo concentração de 59 designações (16,95%) em um único perito.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 20. RECOMENDAÇÕES

- a) manifestar-se expressamente sobre a admissibilidade dos recursos interpostos, não se considerando cumprida a exigência do inciso XI do art. 3º do Ato TRT13 SCR nº 037/2025 e do art. 32, I, da Consolidação dos Provimentos da CGJT (Provimento nº 004/2023), no caso de decisão que não expresse o preenchimento dos pressupostos recursais, como ocorrido nos processos 0000281-31.2021.5.13.0034 (Id. d7eeba9), e 0000407-52.2019.5.13.0034 (Id. ed49834), com a seguinte expressão: “deixando ao TRT o juízo definitivo de admissibilidade”;
- b) quando da admissibilidade recursal, proceder com a conclusão do processo para o fluxo específico do PJe (“Admissibilidade de recursos”), evitando-se o recebimento ou denegação por meio de simples despacho, como ocorrido nos processos 0000401-79.2017.5.13.0013 e 0000407-52.2019.5.13.0034. Além disso, na hipótese de protocolo de mais de um recurso pela mesma parte recorrente, seja em duplicidade ou não, proceder com a alteração do tipo de petição, registro de prejudicialidade, ou recebimento/denegação, conforme o caso, e não a mera exclusão da petição, a fim de evitar pendências estatísticas no PJe, como ocorrido no processo 0000420-17.2020.5.13.0034;
- c) observar o tipo correto de recurso a ser recebido/denegado, evitando-se o ocorrido no processo 0000358-35.2024.5.13.0034, que apreciou o recebimento de Recurso Adesivo quando o correto seria Recurso Ordinário;
- d) apreciar a admissibilidade de todos os recursos interpostos pelas partes, evitando-se o ocorrido nos processos 0000014-54.2024.5.13.0034, 0000129-17.2020.5.13.0034, 0000790-54.2024.5.13.0034, 0000281-31.2021.5.13.0034 e 0000364-52.2017.5.13.0013;
- e) implementar a boa prática de notificar as partes litigantes da audiência inicial assim que a data do expediente for designada, seja por marcação automática ou manual, com o fito de não atrasar a marcha processual, evitando o ocorrido nos processos 0000188-29.2025.5.13.0034, 0000232-48.2025.5.13.0034,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000226-41.2025.5.13.0034, e 0000206-50.2025.5.13.0034, que se encontram paralisados indevidamente na tarefa “triagem inicial”, quando deveriam estar “aguardando audiência”;

f) observar o disposto no art. 14, §1º, da Resolução CSJT nº 247/2019 e na Recomendação TRT13 SCR nº 003/2025, a fim de que a nomeação de peritos habilitados no sistema AJ/JT seja realizada de forma equitativa, por nomeação direta ou sorteio, considerando a impessoalidade, capacidade técnica e participação em trabalhos anteriores;

g) observar os termos do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT n. 61, de 07 de outubro de 2024, e o ATO TRT13 SCR n. 017/2020, bem como as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, quando do arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja verificada a inexistência de contas judiciais e recursais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0007800-38.2012.5.13.0013, 0003100-44.1997.5.13.0013, 0009600-38.2011.5.13.0013, 0000234-28.2019.5.13.0034 e 0000184-65.2020.5.13.0034;

h) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000444-40.2023.5.13.0034, 0001227-95.2024.5.13.0034 (permaneceu paralisado de 22/02/2025 até 27/03/2025), 0000606-98.2024.5.13.0034 (paralisado na tarefa cumprimento de providências de 20/02/2025 até 30/03/2025); 0000794-96.2021.5.13.0034 (paralisado na tarefa “prazos vencidos” por 41 dias); e 0000428-57.2021.5.13.0034 (não são realizadas consultas periódicas ao processo que aguarda julgamento);

i) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe - BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, evitando-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

se o ocorrido nos processos 0000288-18.2024.5.13.0034, 0000550-36.2022.5.13.0034, 0001294-94.2023.5.13.0034, e 0000647-02.2023.5.13.0034;

j) observar o estabelecido no Ato CGJT nº 01/2022 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, evitando-se o ocorrido nos processos 0000754-46.2023.5.13.0034, 0000288-18.2024.5.13.0034, 0130017-78.2015.5.13.0013, 0000550-36.2022.5.13.0034, e 0001294-94.2023.5.13.0034;

k) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000794-96.2021.5.13.0034 (ausência de registro do pagamento dos honorários periciais requisitados); 0000550-36.2022.5.13.0034 e 0001294-94.2023.5.13.0034, cujas parcelas dos acordos foram registradas como pagas, mesmo existindo decisão reconhecendo o descumprimento do acordo; e processos 0000367-41.2016.5.13.0013 e 0000364-52.2017.5.13.0013, nos quais os valores pagos por meio dos alvarás não foram registrados na movimentação processual;

l) orientar a equipe a utilizar o GIGs para controle de prazos e cadastro de tarefas, evitando o ocorrido nos processos 0001294-94.2023.5.13.0034, 0000647-02.2023.5.13.0034, 0000606-98.2024.5.13.0034, 0000367-41.2016.5.13.0013 e 0000218-98.2024.5.13.0034, com GIGS vencidos;

m) orientar a equipe a ter atenção quanto ao cumprimento das determinações expressas na sentença que solucionou o processo, com o fim de evitar o acontecido nos processos 0130017-78.2015.5.13.0013, 0000647-02.2023.5.13.0034, 0000754-46.2023.5.13.0034, em que as obrigações de fazer objeto de condenação não foram cumpridas e a Unidade Judiciária permaneceu inerte;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- n) nas hipóteses de arquivamento de ação trabalhista que tramita sob o rito sumaríssimo, em decorrência do não atendimento aos incisos I e II do art. 852-B da CLT, observar a correta solução do processo constante no sistema PJe, qual seja, “Sumaríssimo (art. 852-B §1º da CLT)”, evitando o ocorrido no processo nº 0000270-60.2025.5.13.0034;
- o) orientar a equipe a concluir o feito para análise do magistrado, evitando-se o ocorrido nos processos 0130017-78.2015.5.13.0013, 0000754-46.2023.5.13.0034, onde as petições foram apagadas do escaninho e não foram apreciadas;
- p) orientar a equipe a cientificar o perito acerca da solicitação de pagamento de honorários periciais efetuada no AJ-JT, para o devido acompanhamento, evitando-se o ocorrido no processo 0000794-96.2021.5.13.0034;
- q) orientar a equipe a utilizar no PJe, quando da confecção de expedientes de comunicação, tais como ofícios, notificações, etc, a opção “Adicionar outros destinatários” ou “Adicionar destinatário indefinido”, conforme o caso, para o envio de expedientes a terceiros, evitando-se o ocorrido nos processos 0000367-41.2016.5.13.0013, 0000364-52.2017.5.13.0013, e 0000754-46.2023.5.13.0034, onde foram confeccionados ofícios com registro em sistema de destinatário equivocado;
- r) quando da expedição de ofícios RP/RPV na tarefa PEC (Preparar comunicações e expedientes), orientar a equipe a realizar o pré-cadastro no sistema GPREC e consignar o prazo para pagamento da RPV (2 meses), evitando-se o ocorrido nos processos 0000244-33.2023.5.13.0034 (prazo 90 dias na RPV de Id 0394a71); 0000444-40.2023.5.13.0034 (prazo de 120 dias na RPV de Id 4474d3f);
- s) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos, evitando-se o ocorrido nos processos 0000444-40.2023.5.13.0034 e 0000244-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

33.2023.5.13.0034 (sobrestados equivocadamente após a expedição de RPVs, quando deveriam aguardar o decurso de prazo); e processo 0000775-56.2022.5.13.0034 (processo sobrestado sem a devida conclusão para a decisão específica no PJe);

t) participar, os magistrados, de cursos de formação continuada exigidos pela ENAMAT (artigo 39 da Resolução ENAMAT nº 28, de 28/9/2022), com duração mínima de 30 horas-aula por semestre.

## **21. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações expostas, a Desembargadora Corregedora conclui que a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande permanece envidando esforços no sentido de aprimorar a qualidade da prestação jurisdicional, com o intuito de alcançar os índices obtidos por unidades judiciárias de igual porte.

Registra a Corregedoria o cumprimento das Metas 1 (121,35%) e 2 (107,22%) do CNJ, referentes ao ano base de 2024.

A Corregedoria parabeniza a unidade pela redução do tempo médio do processo na fase de execução - de 173 dias em 2024, onde ocupou a 1ª posição na sua jurisdição e, no atual exercício, especificamente entre os meses de janeiro e fevereiro - 167 dias, de forma que a referida Unidade mantém-se com o melhor índice em sua jurisdição, o que refletiu para o atingimento da Meta 5/2024 (185,40%), onde a taxa de congestionamento líquida na etapa de execução (TCL-E) foi de 18,25%, muito abaixo da cláusula de barreira (65%) estipulada pelo CNJ para essa fase, pelo que recomenda que seja dada continuidade até o final deste exercício.

De igual modo, a Unidade logrou êxito na redução do tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, passando de 131 dias em 2024 para 120 dias no exercício corrente, até fevereiro de 2025, todavia, o prazo ainda é superior ao recomendado pelo Planejamento Estratégico Institucional do TRT13.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Além disso, a Corregedoria Regional detecta, com preocupação, a necessidade de especial atenção à Meta 3 do CNJ, a qual não foi cumprida no exercício anterior, com um índice de 61,22%, e que, no período atual (de janeiro a fevereiro), vem apresentando um percentual de 67,08%, motivo pelo qual recomenda aos magistrados que envidem esforços para o atingimento da referida meta até o final deste ano, inclusive com a remessa de processos para tentativa de conciliação nos CEJUSCs.

A Corregedoria reitera, com merecido reconhecimento, que todos os servidores da Unidade participaram do curso de formação continuada promovido pela Escola Judicial, durante o período correicionado.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação dos magistrados e servidores(as) em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho informar o cumprimento dos despachos e recomendações correicionais e querendo, oferecer suas considerações, consoante Ato TRT SCR nº 37/2025, com a devida comunicação à Corregedoria Regional. A presente Ata será publicada no DJEN e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**RITA LEITE BRITO ROLIM**

**Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ANEXO**

VISTOS EM CORREIÇÃO	
0000336-12.2021.5.13.0024	0000744-02.2023.5.13.0034
0000206-84.2024.5.13.0034	0000218-98.2024.5.13.0034
0000974-10.2024.5.13.0034	0001045-46.2023.5.13.0034
0001232-20.2024.5.13.0034	0000937-17.2023.5.13.0034
0001048-64.2024.5.13.0034	0000245-18.2023.5.13.0034
0000150-17.2025.5.13.0034	0001143-94.2024.5.13.0034
0000185-11.2024.5.13.0034	

VISTOS COM RECOMENDAÇÃO EM ATA	
0000270-60.2025.5.13.0034	0000428-57.2021.5.13.0034
0001227-95.2024.5.13.0034	0000606-98.2024.5.13.0034

DESPACHOS CORREICIONAIS	
0130017-78.2015.5.13.0013	0000288-18.2024.5.13.0034
0001294-94.2023.5.13.0034	0000367-41.2016.5.13.0013
0000444-40.2023.5.13.0034	0000364-52.2017.5.13.0013
0000647-02.2023.5.13.0034	0001262-89.2023.5.13.0034
0000550-36.2022.5.13.0034	0000794-96.2021.5.13.0034
0000775-56.2022.5.13.0034	0000754-46.2023.5.13.0034
0000244-33.2023.5.13.0034	0000188-29.2025.5.13.0034
0000232-48.2025.5.13.0034	0000226-41.2025.5.13.0034
0000206-50.2025.5.13.0034	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

PROCESSOS EM ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL	
0000014-54.2024.5.13.0034	0000420-17.2020.5.13.0034
0000129-17.2020.5.13.0034	0000281-31.2021.5.13.0034
0000790-54.2024.5.13.0034	0000364-52.2017.5.13.0013
0000358-35.2024.5.13.0034	0000401-79.2017.5.13.0013